

**PENÁPOLIS/SP NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: OS SEUS REGISTROS E
SIGNIFICADOS (1940-1970).**

Cleivaldo Aparecido DONZELLI*

Resumo: O presente artigo apresentará as possibilidades de fontes objetivando uma inteligibilidade sobre a alteridade e a sociabilidade de pessoas oriundas de diversos países, tais como Itália, Espanha e Portugal e de diversas regiões do Brasil. Com seus descendentes, habitaram desde a década de 1940 os bairros rurais denominados Araponga, Paraguai e Saltinho do Coroado localizados em um município da região Noroeste do Estado de São Paulo, fundado em 1908, denominado Penápolis.

Palavras-Chave: Fontes históricas - Sociabilidade - Alteridade

**PENÁPOLIS/SP IN THE MIGRATORY CONTEXT: REGISTERS AND
MEANINGS (1940-1970).**

Abstract: This article will present the possibilities of sources aiming at understanding otherness and sociability among people from several countries - such as Italy, Spain and Portugal – as well as several regions in Brazil. Since the 1940's, together with their descendents, they have inhabited the rural neighborhoods called Araponga, Paraguai and Saltinho do Coroados located in the city of Penápolis founded in 1908 in the northwest of the state of São Paulo.

Keywords: Historical sources, sociability, otherness

Ao iniciar a seleção das fontes históricas, é necessário concebê-las como resultado de uma memória arquivística que se apóia, segundo Pierre Nora¹, sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem, pois à medida que desaparece a memória tradicional, aqui entendida como gesto, hábito, como ofícios onde transmitem os saberes do silêncio, saberes do corpo, como memórias de impregnação e como saberes reflexos, mais nos

* Cleivaldo Aparecido Donzelli é Mestre em História pela UNESP - Campus de Assis – Assis/SP – Brasil - e-mail: cleldonzelli@ig.com.br

sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi.

Este estudo procurou, além dos lugares de memória, vários vestígios manifestados através das relações humanas consubstanciadas em práticas de existência no processo de formação de uma segurança do grupo, buscando um equilíbrio para a manutenção de uma identidade cultural necessária para a existência do sentimento de pertença.

Na hemeroteca do Museu Histórico e Pedagógico “Fernão Dias Paes” de Penápolis, encontram-se várias edições do jornal *A Comarca*, dos anos que compõem o recorte cronológico deste estudo (1940-1970). Algumas edições trouxeram matérias referentes aos bairros rurais pesquisados, divulgando festas, queixas e reclamações, brigas em ocasiões festivas, demonstração do movimento das escolas dos bairros rurais, propagandas de empório e matéria do redator do ano de 1948, dando significações de caboclo e caipira aos camponeses migrantes do norte e nordeste e imigrantes europeus. Estas matérias contribuíram para a compreensão da importância das localidades em estudo na imprensa escrita da época, bem como para verificar quais eram os componentes constitutivos dos momentos de lazer.

Através dos registros de estrangeiros de 1939 a 1973, encontrados no acervo do mesmo museu, foi possível constatar o trajeto de portugueses, italianos e espanhóis que se deslocaram para essa região. Foram verificados, aproximadamente, três mil registros e destacados os estrangeiros que se localizaram nos bairros em estudo.

O serviço de expediente da Prefeitura Municipal de Penápolis, onde se arquivam os atos do executivo, leis e portarias e se formatam os contratos de serviços e convênios, forneceu livros contendo atos e leis de 1914, 1924, 1928 e 1934, cujos conteúdos expressam as designações do poder público municipal de bairros rurais às localidades em estudo. Isso foi importante para realmente tratar o assunto com rigor conceitual, seja por parte do poder formal republicano seja por obras bibliográficas que refletiram - a partir de paradigmas da antropologia, sociologia e da história - as localidades rurais de Minas Gerais e São Paulo.

Buscar informações nas declarações de cadastro do produtor rural (DECAP), no Posto Fiscal, serviu para entender como está organizada a estrutura fundiária dos bairros no que se refere à quantidade de propriedades existentes.

Essas fontes foram utilizadas na perspectiva de cumprir sua função de servir como instrumento para garantir o desvelar de uma realidade expressa numa memória, além de contribuir para uma possível historicização do recorte temporal proposto nesse trabalho. Além disso, também serviram para se chegar a uma inteligibilidade através de reflexões sobre as várias significações acerca da alteridade na vivência de pessoas oriundas de diversas regiões e países no meio rural localizado no município de Penápolis, no interior do Estado de São Paulo. O mundo rural das pessoas entrevistadas e pesquisadas que vivenciaram outras manifestações materiais nos é dado como radicalmente outro, pois ele se transformou nesse mundo do qual estamos desligados para sempre. Por isso, vale salientar nesse momento a reflexão feita por Nora na obra já mencionada acima, na qual afirma que *é colocando em evidência toda a extensão que dele (passado) nos separa que nossa memória confessa sua verdade, - como na operação que, de um golpe, a suprime.*²

O registro das diversas manifestações culturais expressas de várias maneiras inclusive pela tradição oral das pessoas em estudo dos bairros rurais selecionados para a pesquisa - só foi possível porque obtido através de entrevistas orais de remanescentes e ex-moradores residentes no meio urbano do município.

Para que esse novo olhar sobre as análises das relações humanas pudesse realmente se efetivar, foi preciso reconhecer que os relatos orais também poderiam compor o rol de fontes históricas a serviço do pesquisador, um aspecto a mais na verificação de experiências ocultas que estavam ausentes nos documentos escritos, que são em grande parte oficiais e institucionais. A história oral é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e é reconhecida como história viva. As verdades são relativas, portanto subjetivas, e a história oral as concebe como versão mencionada pelo entrevistado independentemente se são legítimas ou não.

No balanço feito sobre a história oral, na ocasião do II Encontro Nacional de História Oral realizado no ano de 1994, publicado na obra *História Oral(I)*, Michel Trebitsch afirmou:

(...) quase contemporânea das mentalidades, a emergência da “memória coletiva” no campo histórico contribuiu para assentar a História Oral em toda a sua complexidade, a de uma história “longa” da memória com passado “recomposto” (...).³

Por isso, entendendo a história oral como parte de um projeto, foi desenvolvida, através da perspectiva da produção de conhecimento, como possibilidade de incluir as pessoas colaboradoras no processo de construção das fontes, a fim de dar inteligibilidade ao objeto que ora se estuda.

O procedimento para chegar até as pessoas colaboradoras da pesquisa teve início com o levantamento de nomes dos atuais líderes religiosos da Igreja Católica que por um grande período foi homogeneizadora no trato das questões espirituais nos bairros estudados. A partir daí começaram os contatos e o agendamento para reuniões com as comunidades, que ocorreram nos respectivos bairros em estudo, após as celebrações das missas nos finais de semana. Na oportunidade foram expostos os objetivos e a metodologia da pesquisa e enfatizada a importância das colaborações dos membros remanescentes da comunidade. Colaborações caracterizadas por informações de documentos e relatos que certamente iriam compor a tessitura da narrativa. Alguns ex-moradores também foram encontrados no meio urbano e também colaboraram muito, pois foram relatos de cidadãos que no passado recente eram rurais e tiveram um ângulo de reflexões diferente daquele dos ainda moradores das localidades rurais. Aos voluntários cadastrados, após primeira visita, foi apresentada a metodologia da entrevista, bem como os vários pontos a serem abordados numa outra oportunidade. As entrevistas, portanto, ocorreram após ampla explicitação do objeto de estudo, e tiveram resultado esperado, pois muitas pessoas colaboraram e demonstraram entusiasmo por serem co-autoras desta história que se desenhava.

Esse procedimento esteve ligado à preocupação da necessidade de perceber a tentação de se eleger os acontecimentos e a inevitável justaposição das atividades mnêmicas realizadas por parte dos colaboradores entrevistados. Relataram suas práticas e da coletividade de indivíduos dos quais se relacionavam dentro das incitações implícitas nas entrevistas permeadas pelos aspectos cronológico e espacial estabelecidos para o objeto desse estudo. Aqui vale lembrar o alerta feito por Pierre Bourdieu, no texto *A ilusão biográfica*, quando discorre e problematiza sobre o conceito de vida a partir de um conjunto de acontecimentos. Portanto, procura-se dar uma racionalidade cronológica a partir dos fatos selecionados pelo indivíduo através de uma lógica de importância dos fatos para garantir uma inteligibilidade da suas experiências.

(...) Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo. O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (...), tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis.⁴

Portanto, as problematizações sobre as relações interpessoais na constituição da formação populacional dos bairros rurais em estudo foram possíveis justamente por essa variedade de fontes que disponibilizaram várias informações que compuseram a tessitura do texto.

A alteridade nos bairros rurais

Nas localidades estudadas foi possível constatar práticas culturais lusas, indígenas e até africanas, difundidas historicamente e margeadas por práticas de imigrantes e descendentes que chegaram a elas no início do século XX. Portanto, as várias formas de sociabilidade estão permeadas por elementos inerentes às especificidades de cada uma dessas práticas, servindo de sentimento de pertença a uma comunidade e também de sentimento de desligamento da nação de origem, para um processo de integração aos hábitos de uma comunidade que se configurava.

Quando as pessoas relataram suas vivências havia sempre a preocupação em realçar as virtudes dos seus respectivos bairros rurais, na perspectiva de externar uma realidade idílica e para isso utilizaram sempre a palavra comunidade para demonstrar tal idéia. Sendo assim, esta palavra tornou-se carregada de associações emotivas de inteireza, coesão, comunhão, interesse público e tudo que é bom.

Por isso, uma vez que o presente texto visa revelar, mesmo que provisoriamente, a problemática da alteridade nestas localidades rurais no processo de constituição da identidade, é salutar enfatizar os vários vasos comunicantes entre elas e o meio externo. O fato de existir uma capelinha, simbolizando a necessidade espiritual e de congregação das pessoas, já demonstra o papel da Igreja Católica na percepção de pertença ao bairro rural, mas também indica que o bairro pertence a

algo mais amplo do que o município - a uma região. A religião católica, no caso dos bairros em estudo, reforçou a solidariedade interna do bairro e serviu para ligá-los com uma sociedade mais vasta que os engloba.

Além disto, a presença da escola indica uma estrutura voltada às normas gerais existentes na sociedade global; organizada fora do bairro, mas imposta de maneira monolítica, exerce, com relação às crianças, uma função homogeneizadora, aproximando-as culturalmente das crianças do Estado e do país, mesmo com pouca permanência delas na escola rural.

Os meios de comunicação também estiveram presentes através de rádio e logo depois da televisão, garantindo um elo cultural externo de forma mais efetiva e rápida.

É importante enfatizar que nas primeiras décadas do século XX, as elites brasileiras das grandes capitais consideravam-se civilizadas. Faltava agora disseminar o mesmo padrão para os outros segmentos sociais e mesmo para outras regiões do país. Nesse sentido, estavam empenhados nos atos de colonizar e explorar todo o oeste paulista. A ferrovia Noroeste do Brasil é a síntese da sociedade civilizada que cortou o município de Penápolis abrindo as portas para que a “civilização pudesse chegar”.

Isto é relevante, uma vez que o processo de constituição da identidade das pessoas em estudo esteve ligado intimamente a fatores internos aos bairros, mas muito também a fatores externos, caracterizados por uma modernização das relações sociais pautada na civilidade em curso no país.

Este processo chega ao seu limite quando se verifica a exacerbação da globalização das idéias, valores e costumes no período denominado de modernidade tardia, iniciado cronologicamente, segundo Stuart Hall, a partir de meados do século XX, quando se constata o declínio das antigas identidades, que por muito tempo estabilizaram o mundo social, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.

A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.⁵

O que se observa nos casos pesquisados é que os europeus localizados nos bairros rurais em estudo, por se autodenominarem pioneiros, passam a perceber o nordestino e o mineiro como “estrangeiros” chegados após estes bairros já se constituírem como comunidades “boas para se viver”, “tranquilas” e “harmônicas”. Os europeus eram considerados estrangeiros localizados nestes bairros para as demais pessoas do município, por virem de outras nações, mas estes, neste período, se apropriaram de uma identidade religiosa, bairrista e de classe social que os credenciava, acreditavam eles, como diferentes dos nordestinos e mineiros que só chegaram na década de 1950, num processo de relação de trabalho já pautado na lavoura cafeeira produzida em larga escala e na lavoura canaveira que aos poucos já dava sinais de constituição do novo ciclo econômico.

Por isso, eram “coitados” e “pobrezinhos” que se agregavam como colonos e diaristas às comunidades já estabelecidas, portanto “estrangeiros”. Muito embora nos relatos dos descendentes de europeus apareçam discursos afirmativos quanto à integração dos mineiros e nordestinos num processo natural e tranqüilo, deixam escapar inconscientemente algumas manifestações de despreço à presença deles nos bairros.

Mais tarde veio aquele pessoal lá do norte e tudo foi mudado. Aí tudo mudou pra pior. Você sabe como que é, né? Não é como estrangeiro.

Tinha muitos lá quando vinham, pobrezinhos, vinham sem nada, às vezes não tinham nem cama pra dormir. Aí quando eles ganhavam umas posse, aí eles eram mais valentes, o patrão as vezes ia falar, eles vinham brutos, brutos... Tinha um que um dia falou pro meu pai, só falava de matar, eu tiro o couro, eu tiro o couro dele. Aí meu pai falou pra ele: seu Pedro o sr tinha quantos couro na sua casa? Você só fala, eu mato esse, eu mato aquele... Isso foi por volta de 1960 passado. Aí eles iam acalmando e aí ficava tudo bom. Aí eles tinham fartura, né?⁶

Ficou evidente, nestas manifestações, a necessidade de se diferenciarem daqueles que não eram europeus ou descendentes, pois ao decretar que as coisas pioraram nos bairros rurais após as presenças de nordestinos, significa dizer que precisavam integrar-se nos bairros para a permanência de uma comunidade harmônica e respeitosa. Ao afirmarem que após terem contato mais constante com os estrangeiros iam se acalmando, significa que estavam aos poucos se integrando e

assimilando os hábitos e costumes da comunidade. Eram “coitados”, “pobrezinhos”; somente precisavam habituar-se aos bairros.

Isso demonstra que suas identidades foram construídas através da diferença, pois foi a partir da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, que evocaram o fator positivo de como eram as suas relações sociais antes do Outro chegar.

Ao comentar sobre a sua percepção quanto à presença de nordestinos e mineiros em sua propriedade, a descendente de mineiro com baiana, filha de proprietário rural na época, a senhora Aparecida Teixeira de Miranda expõe uma descrição sintomática da mentalidade daqueles que vivenciavam relações de alteridade na constituição das comunidades rurais.

Eles tinham alimentação diferente. Os baianos tinham aquele jeitinho próprio do baianinho, né? Parece até que, não sei se um chapeuzinho diferente, a roupinha deles também era diferente. O jeito de fala. Também tinham mais autoridade, os imigrantes. Mas, os imigrantes estrangeiros. A maneira de falar, até a cultura, né? Até mais cultura, né? Conhecimento e vontade própria. Eles não eram muito humildes. Eles eram mais orgulhosos. Agora quem vinha da Bahia, era só meio bravinho, mas tinha um jeitinho... meio diferente disso aí, mais pobrezinho. Nem sempre! Tinha baiano ajeitadinho sim! Até lá dentro da casa. O papai dava o mesmo tipo de casa pra todos, mas esses daí não tinham a casa com as mobílias direito. Os que eram descendentes de italianos e descendentes de espanhóis, já ajeitavam as casinhas deles melhor. O baiano era acomodado, mais preguiçoso. Mineiro já tinha o jeito do papai, paciente, persistente.⁷

Nos relatos sempre aparece a designação de “bravos”, “bravinhos”, “enguicentos” ou coisa parecida imputada aos nordestinos. Além disso, aparece também a designação de desorganizado que não possui as qualidades dos estrangeiros no processo de busca de melhorias para suas sobrevivências. Neste relato especificamente, percebi uma exposição calcada na identidade de classe social, mais do que de identidade nacional, uma vez que a pessoa que relata também é descendente de nordestina, mas, “deu certo” no processo de integração social no seio da comunidade formada por estrangeiros. Daí supõe-se que a identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder.

O senhor Waldemar Passeri, descendente de italiano remanescente do bairro Saltinho do Coroadó, relata que o seu bairro era tranquilo e que não havia muitas desavenças por conta das nacionalidades diferentes existentes na comunidade, apesar da chegada dos nordestinos no bairro a partir da década de 1950.

Nessa venda que eu tinha aí, nunca teve confusão, briga, nunca mataram ninguém, nunca aconteceu nada demais não. Mesmo quando chegou os nordestinos, nunca teve violência, não. Eu sei os que tinham naquela época, tinha uns baianos, agora estou me lembrando, eles eram muito amigos da gente, assim, eram pessoas boas, educado, como trabalhador, não tinha o que dizer mau deles, não. Misturavam com a gente aí. Já eram gente acostumados com a gente. Eu me lembro. Eu me lembro que o bairro foi um lugar bom pra se viver.⁸

Enquanto o gravador esteve captando sua fala, o colaborador se limitou a apenas relatar as virtudes do relacionamento com os nordestinos, mas quando este foi desligado, relatou-me um fato que expôs seu juízo de valor em relação à “nortistada”, pois ficou indignado com a postura de um sujeito nordestino que, na ocasião de um baile-forró, pôs-se a urinar próximo de um poço d’água de sua residência, e isto foi inadmissível, sendo-lhe chamada a atenção e este de forma bruta e mal-educada o destratou dentro de sua residência.

Sobre os relatos anteriormente expostos, é importante analisar como esta consciência racial foi moldada ao longo do tempo no Brasil. No início do século XX, a disputa pela participação na sociedade brasileira se acirrava, pois vivíamos uma realidade de chegada de imigrantes europeus e asiáticos inseridos numa conjuntura econômica, cujos protagonistas da elite optaram por essa solução. Os afro-brasileiros que se deslocaram para o oeste do Estado de São Paulo, cuja região era totalmente identificada com os imigrantes, eram contratados para realizar os trabalhos sazonais e precários que não eram suficientemente bem pagos para atrair os imigrantes. *Eles se tornaram camaradas, empregados para qualquer serviço, pagos por mês. Quando havia um excesso local de imigrantes, os homens libertos podiam ainda ser reduzidos a trabalhador pago por dia.*⁹

Embora os relatos tenham sido unânimes em afirmar que não havia desavenças nos bairros rurais em estudo, os inquéritos policiais do período entre 1952 e 1963 referentes a eles apresentam vários tipos de delitos. Dos 1.200 inquéritos pesquisados na delegacia de polícia de Penápolis, foram encontradas 40 ocorrências

envolvendo pessoas de várias naturalidades e nacionalidades. Muitos dos delitos se deram no âmbito de foro íntimo, envolvendo familiares, tais como esposo e esposa, cunhados, irmãos, tio e sobrinho.

Isso demonstra que a descrição paradisíaca dos bairros rurais feitas pelos colaboradores remanescentes ou ex-moradores estava mesmo ligada a um exercício mnêmico pautado num saudosismo inserido numa contemporaneidade responsável pela vivência completamente diferenciada do período lembrado, por não ter mais as características que os bairros possuíam e também a quantidade de pessoas que neles habitavam.

Diante do exposto, é mister a compreensão em torno da concepção de nacionalidade, uma vez que as pessoas em estudo são imigrantes, migrantes e descendentes. Além das suas definições em torno de raça e etnia, elas também refletiram sobre as suas identidades nacionais no processo de constituição dos bairros rurais em estudo. Ora explicitavam inconscientemente o desligamento de suas tradições culturais, ora evocavam algumas práticas que lhes possibilitavam um elo com a nação de origem dos ancestrais. Por isso sugeri que os colaboradores discorressem sobre suas práticas culturais, dentre as quais o hábito alimentício, pois denota quem as pessoas são e a cultura que vivenciavam. Ou seja, a comida e a bebida são elementos identificadores das pessoas, além de sugerirem mudanças ao longo do tempo. Enfim, a cozinha é o meio universal pelo qual a natureza é transformada em cultura. Quando indagados sobre os seus hábitos alimentares, os colaboradores demonstraram que realmente a cozinha é também uma linguagem por meio da qual “falamos” sobre nós próprios e sobre nossos lugares e mundo.

O senhor Lair Aparício Caputo, por exemplo, explicou-me que alguma coisa permaneceu nos hábitos das pessoas que lhes fizessem lembrar a nação de origem, porém não faziam encontros organizados para demonstrar isso publicamente como forma de expor a nacionalidade para outros. Mesmo porque, segundo ele, havia muitas nacionalidades que compunham a comunidade e não uma apenas prevalecendo como principal formadora da comunidade do bairro do Paraguai.

Cada um, por exemplo, vizinho do meu avô, pai do meu pai, era português, né? Tinha um vizinho espanhol, o outro dos Penteado, já era português também. Então, muito embora fossem de países diferentes, mas era uma comunidade só. Então não vou dizer que meu avô não tinha objetivo de

preservar aquele tipo de alimento, mais ou menos igual da Espanha. Sempre tinha cartola de vinho dele, os outros portugueses também tinham aquela cartola de vinho, compravam muito bacalhau, muita castanha... essas coisas típicas da região lá. E viviam assim, agora, dizer que tinha festa típica, não. Porque eram de raças diferentes, né? Então não tinha nem como fazer uma festa assim.¹⁰

O relato do português Álvaro José Rodrigues de Souza, desembarcado no Brasil na década de 1950, explicita alguma manifestação cultural que permanece até hoje como forma de lembrá-lo sempre qual país foi sua pátria geradora. Embora não sejam muitas as coisas que possam ser consideradas como algo que o identifique, além do sotaque português, apresenta-nos como algo que culturalmente contribuiu para o mosaico de elementos culturais formadores de sua identidade atual.

Era o vinho, porque eu fui criado com o vinho. Deixava no barril, era torneira, né? Pegava a caneca e enchia e tomava direto. Não fazia mal porque era vinho puro, pura uva. Era o bacalhau a comida especial, porque era muito caro, batatinha com azeite de portugueses...¹¹

Continuando seu relato, o senhor Álvaro deixa muito claro qual é sua identidade nacional, pois mesmo sendo oriundo de Portugal não teve mais contato físico e cultural com aquela nação. Portanto, foi desprovido de qualquer significação patriótica a não ser quando incitado a falar sobre sua condição de estrangeiro no Brasil. E essa brasilidade foi obtida em grande parte no bairro rural do Paraguai, num processo de formação da comunidade inserida na alteridade, pois ali também se encontravam os considerados “brasileiros há mais tempo”.

Um outro relato que demonstra a frouxidão do elo com suas origens nacionais foi o do senhor Waldemar Passeri, que resumiu suas lembranças de uma nacionalidade apenas vivenciada afetivamente pelos seus antepassados. Resumo este caracterizado realmente pela perda de um possível orgulho italiano, a não ser quando aflora o desejo de demonstrar as virtudes dos estrangeiros europeus no processo de formação do bairro Saltinho do Coroadó. Em conversa informal percebi o seu desconhecimento da pátria de origem dos pais, a não ser algum hábito alimentar que aos poucos foi assimilando e entendendo que aquilo fazia parte de uma cultura italiana.

Sobre isso é importante salientar algumas considerações acerca do movimento ordenado que desemboca numa compreensão de pertença a alguma referência de identidade de povo. Para isso, W. Connor, no texto *Nation Building or Nation-Destroying*¹², colabora para uma elucidação deste caso específico de sociabilidade, quando afirma que o fator-chave da existência das nações é exatamente a consciência de si do grupo, que o separa de todos os outros. É uma crença subjetiva em um parentesco fictício, não relacionada a alguma necessidade de corresponder à realidade para contribuir para a definição da realidade, determinando os sentimentos poderosos e a-rationais que constituem o centro essencial da identidade nacional.

Outra possível colaboração para esse estudo está justamente no trabalho de Stuart Hall, quando apresenta as fases históricas das concepções sobre identidade. Como as pessoas em estudo apresentaram ambigüidades no trato das definições de suas identidades, é mister conhecer estas concepções através dos tempos para situar esta problemática e assim procurar compreender os relatos ambíguos das pessoas quanto ao exercício de identificação de suas existências.

Este autor nos apresenta três concepções de identidade: uma como sujeito do Iluminismo, baseado numa concepção da pessoa como indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda permanecendo essencialmente o mesmo; outra concepção é a do sujeito sociológico que refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos, portanto a cultura, dos mundos que ele habitava; e por fim a concepção do sujeito pós-moderno, onde a identidade torna-se uma “celebração móvel”, pois é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. A identidade aqui é compreendida historicamente, e não biologicamente, ou seja, o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.

Para a compreensão dessas ambigüidades na identificação de suas existências, os colaboradores desta pesquisa manifestam claramente as percepções de mudanças ocorridas nos seus espaços de existências no que se refere à

modernização que chegou até eles na aparência do novo e sedutor rádio à pilha, na televisão, nos automóveis e nos filmes apresentados à noite, refletidos nas paredes das residências e principalmente nos equipamentos agrícolas que a despeito de poucos os possuírem, já existiam nos bairros como realidade concreta.

Eles também foram alvos dos materiais publicitários, pois como nos demonstra Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo, no trabalho denominado “*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*” – *Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954 – 1964)*¹³, a utilização do material publicitário se mostra ainda mais significativa entre os anos de 1954 a 1964, pois foi nesse momento que a publicidade brasileira se modernizou e passou a ser feita segundo critérios técnicos rigorosos. Segundo ainda a autora, foi nestes anos que as agências introduziram no Brasil as técnicas mais aperfeiçoadas de marketing e que o negócio publicitário, estimulado pelo desenvolvimento industrial e urbano, se expandiu. As pessoas dos bairros rurais pesquisados não estavam isoladas desta conjuntura brasileira, exemplo disso são seus relatos de presenças de eletrodomésticos em algumas residências. Alguns proprietários tinham condições de adquirirem esses utensílios domésticos, pois certamente foram seduzidos pelas propagandas veiculadas no meio urbano, que também lhes proporcionou um comportamento voltado para o consumo, mesmo porque se trata de uma época em que houve uma mudança de orientação da agricultura, pois, segundo Anna Cristina C. M. Figueiredo, o discurso corrente entre as diversas camadas sociais era que a “modernização” beneficiava as próprias áreas rurais ao estender até elas as “vantagens” auferidas pela ampliação da atividade industrial.

(...) à proporção que o campo se modernizava, passava a ter também acesso aos signos do progresso: rádios, automóveis e geladeiras invadiam o lar do homem rústico e ofereciam-lhe o “conforto das grandes cidades”.

O que se preconizava então era a difusão dos signos da vida urbana pelas “atrasadas” zonas rurais. Essa difusão era interpretada como indicativo da elevação do nível de vida e dos padrões de consumo da população rural e expressa mediante as imagens do progresso e da prosperidade. À cidade e à indústria cabia, portanto, uma missão civilizadora.¹⁴

Portanto, durante toda a segunda metade dos anos 50 e mesmo um pouco depois, o termo *moderno* pressupunha, na publicidade, a supressão do passado e a

inauguração de um “tempo novo”. Segundo a autora, o que urgia superar era nosso passado agrícola.

Essa busca pela identidade moderna através do consumo fez com que as pessoas dos bairros rurais em estudo também se tornassem suscetíveis aos apelos das propagandas civilizatórias, criando a fetichização de alguns produtos, dentre eles o aparelho de televisão. Este aparecia nos diversos relatos como uma atração no bairro, transformando a residência da pessoa que o possuía num ponto de encontro da comunidade.

A partir da década de 1950, a televisão oferece a difusão de informações acessíveis a todos, sem distinção de pertencimento social, classe social ou região geográfica. Segundo Esther Hamburger, no texto *Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano*, este aparelho torna disponíveis repertórios anteriormente da alçada privilegiada de certas instituições socializadoras tradicionais como a escola, a família, a igreja, o partido político, a agência estatal. Muito embora nos relatos das pessoas remanescentes e ex-moradores dos bairros rurais em estudo apareçam informações de que poucos tinham acesso a este aparelho, o acesso a ele dava-se através dos convites dos que o possuíam e a reunião em torno dele teve como consequência imediata o contato com propagandas disseminadas que orientavam o consumo inspirador de formação de identidades.

A principal estratégia da chamada Indústria Cultural, incipiente até então no Brasil, era transmitir através das telenovelas algumas oportunidades de consumo específicas para o público dessa programação, pois utilizar o programa de maior popularidade e lucratividade da televisão brasileira, que era a telenovela, tornou-se imperativo para as indústrias produtoras de mercadorias expressas em novidades para os brasileiros e mais ainda para os camponeses.

Esses autênticos folhetins eletrônicos, produzidos inicialmente por indústrias norte-americanas de artigos de limpeza e higiene pessoal, como a Colgate-Palmolive e a Gessy Lever, tendo como público alvo a mulher dona-de-casa, consumidora por excelência desses produtos, ao longo dos anos extrapolaram os limites estreitos e despretensiosos do gênero e dominaram o horário nobre da televisão no Brasil. (...)

As novelas difundem, por todo o país, o que os emissores imaginam como o universo glamouroso das classes médias urbanas, com suas inquietações subjetivas, sua ânsia de

modernização, sua identidade construída em torno de uma atualidade sempre renovada e exibida por meio do consumo de últimos lançamentos eletrônicos, de decoração e vestuário.¹⁵

Portanto, disso tudo se depreende que nos bairros rurais estudados existiam vasos comunicantes que possibilitavam uma inter-relação entre pessoas já identificadas no meio geográfico enquanto membros de uma comunidade rural com pessoas de um país que se modernizava e apresentava característica dos novos brasileiros, vivendo num momento de progresso, integração e modernidade. A televisão apressou essa integração e garantiu um processo de construção de imaginários identitários dessas pessoas que viviam no meio rural do município de Penápolis.

Não percebi muitas marcas, seja atualmente seja no período estudado, que representassem uma preocupação em constituir nestes bairros uma colônia que lhes permitissem sentirem como nacionais de seus países de origens. Pelo contrário, enalteciam o fato de todos - espanhóis, portugueses, italianos e depois nordestinos e mineiros - vivenciam um espaço em comum, na mais perfeita congratulação de existência material e cultural.

Por isso, a partir desta percepção é que podemos aferir que de fato essas pessoas representavam uma confluência de determinantes sociais caracterizadas num contexto social, político e cultural, cujas manifestações indelevelmente interferiam na maneira de enxergar o outro e a si próprio, num exercício de identidade que mesclava o parâmetro conceitual de classe, nacionalidade, etnia e raça. Soma-se a isso o fator localização, pois a despeito de terem acesso a muitos serviços inerentes ao meio urbano, como, por exemplo, farmácia, sorveteria, açougue, máquina de beneficiamento, bares, alfaiate e campo de futebol, eram bairros situados num espaço de produção agrícola tanto voltado para o comércio fora de suas localidades como para o consumo dos próprios moradores dos bairros.

Portanto, quando Stuart Hall nos apresenta uma reflexão em torno da identidade do sujeito na modernidade tardia, ajuda-nos a compreender o universo das pessoas remanescentes e ex-moradoras dos bairros rurais em estudo. Segundo suas reflexões, a modernidade proporcionou, tanto em extensão, quanto em intensidade, transformações mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores. No plano da extensão, segundo ainda o autor, serviu para

estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo, desprovendo a pessoa do centro essencial do eu, ou seja, a sua identidade.

É importante salientar que as pessoas colaboradoras, com exceção de uma, o senhor Álvaro José Rodrigues de Souza, cuja nacionalidade é portuguesa, são descendentes de estrangeiros e não vivenciaram uma experiência sistemática de manutenção de práticas culturais como condição primordial de vivência nestes bairros rurais. Tanto é verdade que o casal José Rodrigues da Silva e Maria Vanir Crozariolli, ele sendo descendente de baiano e ela descendente de italiana, se conheceram desde criança em brincadeiras de balanço e nas ocasiões religiosas, tais como terço, missa e procissão. Portanto, a inexistência de uma obrigatoriedade familiar em relação ao encaminhamento dos filhos para a manutenção do círculo parental no escopo da nacionalidade permitiu este hibridismo. É interessante que em seus relatos diziam que os pais se preocupavam mais em saber se ela era uma boa moça, trabalhadora, prendada e honesta e ele um moço de respeito e trabalhador do que se seus filhos se interessariam por pessoas de nacionalidades diferentes.

À medida que esses bairros rurais estavam sendo povoados em função da produção do café em larga escala, a tessitura das relações de trabalho constituía-se a partir da dinâmica produtiva do processo de capitalização, portanto já na relação salarial entre patrão e empregado, mas com a permanência de uma relação trabalhista pautada na parceria. Este hibridismo existente nos bairros rurais pesquisados permitiu uma aproximação entre as diferentes camadas sociais no que se refere às condições de sobrevivência.

A estrutura fundiária do município de Penápolis até hoje pode ser considerada de minifúndio, portanto com pequenas e médias propriedades rurais, mesmo sofrendo as consequências do ciclo econômico pautado no crescimento brutal no plantio e industrialização da cana de açúcar.

Essa característica fundiária também pode ser explicada pela prática dos estrangeiros em concentrar toda a família no seio acolhedor dos pais, num processo agregador de pessoas que, quando constituíam família, também se fixavam na propriedade dos pais ou sogros para daí retirarem os seus proventos. No momento de partilha em função de falecimentos, as posses territoriais eram repartidas a tal ponto que não permitia uma grande porção de terra para os herdeiros.

A partir dos relatos orais e principalmente das fichas de registros de imigrantes, foi possível perceber o baixo índice de formação escolar dos moradores desses

bairros, quer fossem estrangeiros, quer fossem mineiros ou nordestinos, pois as escolas existentes só ofereciam, no máximo, quatro anos de estudos. Das 313 fichas de imigrantes dos residentes nestas localidades, 141 pessoas se declararam analfabetas e 25 com apenas formação primária e as demais fichas não apresentaram dados nos espaços destinados para essa informação. Portanto, o empirismo no trato com seus negócios prevaleceu deixando-os suscetíveis às leis de mercado e de ações de intermediários, não possibilitando uma maior capitalização quando a crise cafeeira solapou a produção e venda, como foi constatado no 1º Congresso de “Operários, Estudantes e Trabalhadores Rurais”.

A venda da produção agrícola é feita a intermediários, regulando-se, tão somente, pela lei da oferta e da procura. Daí o fato de os preços dos gêneros, que são altos, antes das colheitas, baixarem após as mesmas, causando grande instabilidade à produção. Geralmente, o maior beneficiado com tal oscilação é o intermediário. Normalmente, aquele que produz é obrigado a vender a sua produção a um determinado comerciante, sem qualquer possibilidade de opção, uma vez que dele recebeu fornecimento para a sua manutenção até a colheita. Esta venda, o mais das vezes, é efetuada a preço arbitrário pelo comerciante e geralmente o preço pago é inferior ao preço corrente.¹⁶

Esta exposição também explica as condições de trabalho nas quais se encontravam a maioria dos trabalhadores rurais daquele período, seja na condição de pequenos e médios proprietários, assalariados, colonos, arrendatários, parceiros, seja de meeiros, pois a ausência de uma formação escolar para conseguirem qualificar as transações comerciais com o mercado lhes trazia prejuízos, por dependerem de intermediários para suas vendas e, por isso, redundaram nas condições expostas abaixo pelo mesmo relatório:

O trabalho é predominantemente braçal, sendo utilizados a enxada e o arado. Há uma mínima mecanização, geralmente nas grandes propriedades, e assim mesmo, muitas vezes essa mecanização é insuficiente pela falta de assistência técnica torna-se deficitária. Assim, nenhum trabalhador, nem mesmo sendo arrendatário, possui um trator para o preparo da terra. Uma minoria, que não atinge a 5%, possui junta de bois para tal mister. Muito poucos possuem cavalos para tiragem do arado. O preço de um tombador é de 9.000 e do arado 1.600. Normalmente, no preparo da terra é mais

difundido o uso de enxada. O preço desta é de Cr\$ 360,00, custando uma lima para afia-la 230,00. Aqueles que, dispendo de um pecúlio, conseguem pagar por este preparo fazem-no na base de 15.000,00 a 19.000,00 o alqueire pela terra tombada e gradeada.¹⁷

No entanto, a despeito de proximidade social quanto às condições de trabalho, não quer dizer que a identidade de classe não afluava entre essas pessoas. Ter posse de terra era o projeto social mais perseguido na época, pois foi por isso que migraram de seus países de origens e de outras regiões do Estado de São Paulo e do Brasil.

Nestes bairros rurais, os próprios estrangeiros contratavam outros estrangeiros sem posses para colaborar nas produções agrícolas. Tanto italianos contratavam espanhóis como o inverso. Era português sendo meeiro ou parceiro de espanhol, como o inverso. Dificilmente ocorria destas pessoas serem colonos, pois esta categoria de contrato estava mais à disposição dos nordestinos e mineiros que chegaram em grande número a partir da década de 1950. Quando eles chegavam à categoria de meeiro, parceiro ou arrendatário, certamente seus pecúlios aumentavam, sendo até capazes de adquirirem posses de terras, coisa muito rara, como se pode averiguar.

As diferenças sociais eram medidas a partir de um parâmetro da condição em que as pessoas se encontravam nas relações de trabalho nestes bairros. Ou seja, onde se situavam na hierarquia estabelecida para que a produção realmente pudesse ocorrer.

Não obstante, essas pessoas, independente de classe social, eram alvos de propagandas que os caracterizavam como iguais no quesito cultural, pois todos eram habitantes do meio rural. No jornal *A Comarca de Penápolis* do ano de 1943 apareciam propagandas do Empório São Francisco, localizado na Avenida Bento da Cruz, nº 539, voltadas a conquistarem consumidores do meio rural através dos seguintes dizeres:

Qua uquê! Já não vou mais em prosa fiada.
Compras para minha casa só faço no Empório S. Francisco.
Sou caboclo distorcido
Discubro tudo o que é preciso
E já fiz a minha concrusão –

Para se fazê economia é só comprando no empório S. Francisco¹⁸

Mesmo as pessoas tendo origens estrangeiras, com hábitos de camponeses europeus, eram tratadas sob o estereótipo de caipira, reproduzindo as significações expressadas em produções sociológicas e literárias desde o início do século XX. Esta identidade era imputada aos moradores dos bairros em estudo apenas porque residiam no meio rural, independentemente de seus hábitos ou acesso aos bens materiais citadinos. A despeito de alguns moradores encontrarem-se em situações precárias de sobrevivência, não percebi em seus relatos a identificação desse estereótipo e sim lembranças de hábitos camponeses de seus ascendentes.

Posteriormente, no ano de 1948, este mesmo jornal emitiu, através de um texto de seu redator, exaltação à iniciativa do governo federal em disponibilizar filmes educativos e científicos a todas as fazendas que tinham instalações elétricas adequadas. Segundo o redator, o senhor Homero Lima foi contemplado, pois possuía uma fazenda no bairro do Araponga que se enquadrava perfeitamente nos critérios do governo federal. Ficou nítida na matéria a visão de um cidadão já influenciado pelos regozijos das benesses da tecnologia que era responsável pela alavanca do “progresso”, principalmente no meio rural do país. O redator lamenta, afirmando que *o nosso colono de hoje ainda é o mesmo “Jéca” visto por Monteiro Lobato e o mesmo “sertanejo” visto por Euclides da Cunha, respectivamente.*¹⁹

Os camponeses imigrantes e migrantes e seus descendentes foram colocados numa situação onde necessitariam de canais de comunicação com o mundo civilizado para lhes conceder o direito de também serem vistos como civilizados num Brasil que se construía através de significações de uma modernidade externa trazida pelos meios de comunicação de massa. Eram todos caracterizados como brasileiros, mas faltavam-lhes elementos necessários para serem identificados como nacionais civilizados.

Considerações finais

Por ser um estudo cuja temática versa sobre as fontes históricas possíveis para a compreensão da formação de identidade de pessoas no processo de constituição de bairros rurais entre 1940 e 1970 no interior do Estado de São Paulo, a presente reflexão apresentou algumas peculiaridades.

Primeiro, porque não existem muitas fontes escritas produzidas institucionalmente, por conta da ausência de uma dinâmica política, social e econômica que possibilitasse entrever manifestações culturais construtoras de significações e representações do real. As fontes escritas encontradas eram de jornais produzidos no meio urbano a partir de uma vivência cidadina de seus redatores, que estampavam em suas páginas algumas menções aos bairros rurais em estudo.

Segundo, em consequência da primeira, foi necessário encontrar pessoas remanescentes e ex-moradoras para colaborar com seus relatos a fim de interpretá-los nas suas entrelinhas, ou até de forma mais direta, lembranças que expressassem seus imaginários sociais adquiridos no processo de sociabilidade. Isso causou uma situação em que as pessoas contatadas criaram uma expectativa de ter no seu bairro uma memória escrita que manifestasse toda a saga das famílias ocupantes daqueles bairros rurais no processo de povoamento da região noroeste do Estado de São Paulo.

E por último, como os estrangeiros predominantemente eram proprietários de terras, foi possível encontrar muitos descendentes de primeira e segunda geração, monopolizando suas representações expressas através dos relatos orais. Suas existências foram registradas em documentos governamentais que serviam de controle de entrada de estrangeiros no Brasil, por isso a facilidade de mensuração de suas presenças nos lugares pesquisados. Já os descendentes de nordestinos e mineiros, como não eram proprietários e sim colonos, meeiros e parceiros, saíram dos bairros rurais e migraram por várias partes da região, mais especificamente para o meio urbano de cidades que dependem da cana para a sustentação orçamentária e geração de rendas e trabalho. Poucas puderam ser contatadas, mas isso já pode fazer parte de uma análise conclusiva dos motivos das ausências desses personagens para também manifestarem suas impressões sobre as relações sociais naqueles bairros rurais. Apenas os dados estatísticos do IBGE é que mostraram as presenças dos não-naturais de Penápolis, mostrando também as regiões de onde eram naturais.

O estudo também possibilitou a demonstração de que, a despeito das personagens serem oriundas de várias partes do mundo, constituíram naqueles bairros rurais várias identidades que permeavam as noções de classe, etnia, raça e nacionalidade numa dinâmica de diferenciação em relação ao outro mas, dialeticamente, numa dinâmica de identificação com o outro no que diz respeito principalmente à questão religiosa e pertença a uma localidade geográfica comum.

Suas manifestações espontâneas deixaram expostas suas representações de um passado não tão distante cronologicamente, mas distante em termos históricos pelas mudanças profundas que vivenciaram numa situação privilegiada de poder comparar suas existências em momentos díspares.

Recebido para publicação em julho de 2009.

Aprovado para publicação em setembro de 2009.

Notas

¹ NORA, Pierre. *Entre Memória e história – A problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n° 10 – dezembro – 1993.

² Idem, *Ibidem*, p.19

³ MORAES, Marieta de (Org.). *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda., 1994, p. 35.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999. p. 07

⁶ Relato oral de Carolina Boucinha de Souza em entrevista concedida no dia 15/08/2004.

⁷ Relato oral de Aparecida Teixeira de Miranda em entrevista concedida no dia 13/07/2004.

⁸ Relato oral de Waldemar Passeri em entrevista concedida no dia 16/07/04.

⁹ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1998)*. Bauru/SP: EDUSC, 1998. p. 111.

¹⁰ Relato oral de Lair Aparício Caputo em entrevista concedida no dia 14/08/2004.

¹¹ Relato oral de Alvaro Rodrigues de Souza em entrevista concedida no dia 15/08/2004.

¹² CONNOR, W. Nation Building or Nation-Destroying. *World politics*, n. 24, p.319-55, 1972.

¹³ FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada” – Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954 – 1964)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p.33.

¹⁵ HANBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: A televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando Antônio (Coord.) *História da vida privada no Brasil. Vol 4*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 442-443.

¹⁶ Relatório produzido em virtude do 1º Congresso de “Operários, Estudantes e Trabalhadores Rurais” da Comarca de Penápolis ocorrido no ano de 1962 em Penápolis onde expõe a situação de mercado e suas variações nesta região.

¹⁷ Idem

¹⁸ A edição do referido jornal encontra-se encadernado no Museu Histórico e Pedagógico “Gláucia Castilho Muçouçah”

¹⁹ Matéria intitulada Espetáculo Cinematográfico no Bairro do Araponga do autor O. Paulo Palo, publicada no jornal *A Comarca de Penápolis* no dia 28/11/1948.